

ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Ressalta a importância da 5ª Festa da Semente Crioula; sugere a reformulação das SDRs.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa a situação da indústria nacional.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Elogia a RBS pela organização do *show* de Paul McCarthney; advoga a redução dos juros da dívida dos estados e municípios.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta o caso da intervenção no Hospital Municipal Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Cunha Porã.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Homenageia o município de Forquilha; solicita a aprovação de PL que regulamenta a comercialização da banana *in natura* no estado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pede o apoio para derrubar o veto ao PL de sua autoria, que determina a fixação de adesivos nos veículos de transporte coletivo para a divulgação dos telefones de emergência.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o modelo da descentralização do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende o modelo da descentralização do estado.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Defende o modelo da descentralização do estado.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede a realização de sessão extraordinária para votação da redação final dos projetos aprovados em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveito a manhã de hoje para ressaltar, primeiramente, uma atividade extremamente significativa que aconteceu no final da semana passada, no município de Anchieta, no

extremo oeste do estado de Santa Catarina, que foi a 5ª Festa da Semente Crioula. Inclusive, aquela cidade é reconhecida como a Capital da Semente Crioula.

Estiveram presentes na atividade nada mais nada menos do que 13 países, que levaram para lá as diferentes experiências vividas. Estiveram também presentes mais de 20 estados brasileiros.

Portanto, foi uma atividade de cunho internacional, que responde aos apelos, aos anseios das nossas comunidades organizadas e, de maneira muito especial, daquelas ligadas à agricultura familiar, à agricultura camponesa, a experiências de diferentes grupos urbanos que zelam e trabalham na preservação das espécies, tratando-se aqui das sementes.

Foram momentos extremamente significativos e houve vários momentos de profunda reflexão através dos vários painéis que trataram de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável. Cada um desses painéis reuniu basicamente 1.500 pessoas.

Assim, está definitivamente consolidada essa importante experiência da nossa agricultura camponesa e aqui, claro, quero destacar de maneira muito especial a iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores, o MTA, juntamente com outros movimentos que compõem a Via Campesina, movimentos ligados ao setor urbano, a prefeitura municipal de Anchieta, os movimentos sindicais, as organizações comerciais e industriais daquele município.

Portanto, a 5ª Festa da Semente Crioula foi um evento de uma dimensão extraordinária, que consolidou ainda mais esse trabalho, que tem cunho e abrangência internacional.

Fiz esse relato tendo em vista que sou autor de um projeto de lei que tramita nesta Casa, tratando da criação dos bancos comunitários de sementes. Parece-me que se trata de uma oportunidade estratégica caminhar ao lado desse movimento iniciado há vários anos.

Claro que quando se fala em banco comunitário de sementes o objetivo é exatamente preservar as

diferentes espécies e, ao mesmo tempo, frear o avanço da transgenia, porque se não tivermos esse cuidado, correremos o risco de as gerações futuras perderem a história e a memória dessas culturas que temos obrigação de preservar nos diferentes espaços da nossa sociedade.

Faço esse registro, que me parece oportuno, e oxalá possamos consolidar isso através de um marco regulador desse processo que é o banco comunitário de sementes.

Além disso, na manhã de ontem por várias vezes debateu-se a questão das secretarias de Desenvolvimento Regional do estado. Penso ser uma temática extremamente importante para que o próprio Parlamento discuta e vislumbre alternativas diante da ineficácia, da inoperância de muitas das nossas SDRs.

As diferentes bancadas que compõem este Parlamento todas apontam para essa direção, ou seja, a importância da descentralização. É estratégico, importante e fundamental descentralizar o governo, suas ações e seus programas.

Quando se fez a reforma administrativa, pensou-se na descentralização como um instrumento de desenvolvimento das diferentes regiões do nosso estado. Acontece que num estudo minucioso de cada uma das secretarias percebemos, deputado Silvio Dreveck, que as regiões mais empobrecidas foram as que menos recursos obtiveram para desenvolver os diferentes programas ou ações do governo. As SDRs que mais receberam recursos foram as que têm IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - mais alto. Então, existe certa contradição nos investimentos e nas aplicações e por isso carecemos de um estudo para aperfeiçoar cada vez mais as políticas do governo.

Parece-me que isso é sensato e se faz necessário na sociedade em que vivemos. O estado, o instrumento para aqueles e aquelas que mais precisam dele, não está para aqueles que não precisam, mas tem que ser um instrumento colocado à disposição das regiões que precisam da ação do próprio estado.

Por isso, acredito que o momento é extraordinário e estratégico para que se possa repensar as secretarias de Desenvolvimento Regional, remodelando-as, quem sabe, na mesma geografia das associações de municípios, que são 21. Quem sabe num trabalho conjunto com as associações possamos com maior eficiência desenvolver e atender a nossa população.

Era isso, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o tema que me traz a esta tribuna é uma discussão que está aprofundando-se a cada dia por várias organizações e instituições, que diz respeito à indústria brasileira.

O que quero destacar é a preocupação com relação à redução da atividade industrial brasileira. Muitas vezes, quando se fala em empresa, a grande maioria da população confunde com empresário, talvez até por um erro de comunicação. Aonde quero chegar com isso? Como a indústria nacional está com dificuldades de competir, há a queda na geração de emprego.

A primeira dificuldade é notória, ou seja, a indústria de transformação vem perdendo espaço, vem perdendo competitividade, portanto, vem deixando de gerar empregos. E nós ainda não estamos no nível dos países mais desenvolvidos, onde houve, de fato, uma grande queda na atividade da indústria, que foi compensada por outras atividades. Tanto é verdade que a renda *per capita* aumentou nos Estados Unidos e na Europa. Mas no Brasil isso não está acontecendo.

Não estamos aqui para defender os empresários, estamos aqui defendendo a indústria nacional, que é a grande geradora de empregos no Brasil. Por isso são tão importantes os movimentos, as manifestações das várias entidades, a exemplo da que aconteceu nesta segunda-feira em

Florianópolis, quando várias lideranças empresariais e políticas reuniram-se para debater essa questão. O encontro contou, inclusive, com um palestrante muito conhecido, o ex-deputado federal e ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que fez uma palestra através da qual demonstrou um conhecimento profundo sobre a realidade brasileira quanto à competitividade da indústria nacional.

Entre os inúmeros fatores que dificultam a atividade empresarial, podemos citar, deputado Reno Caramori, a nossa elevada carga tributária. E quando eu falei em falha de comunicação, é relativa ao fato de as pessoas pensarem que não pagam determinados impostos. Um exemplo foi a reação de um cidadão que me disse, no momento em que eu defendia a necessidade da redução de impostos para gerar mais empregos, o seguinte: "Eu não pago imposto".

Ora, essa ideia de que quem paga imposto é o empresário, não é verdade. Quem paga imposto somos todos nós, todos os cidadãos brasileiros, inclusive o empresário. Porque a empresa repassa seus impostos para o preço dos produtos, seja papel, água, arroz, energia elétrica, telefonia, enfim, todos o que consumimos.

Portanto, quem paga imposto é a sociedade, é o cidadão, é a pessoa. E nesse aspecto tínhamos até então uma grande dificuldade, porque ficava o empresário de um lado e a classe trabalhadora de outro entendendo que quem paga imposto não é o cidadão, não são as pessoas.

Finalmente está havendo uma conscientização por parte dos sindicatos, das organizações que envolvem os movimentos do próprio trabalhador, que estão unindo-se às entidades patronais no objetivo de esclarecer a população do quanto pagamos de impostos. Mas temos uma grande dificuldade porque não vem destacado em cada produto quanto do seu preço é imposto, ao passo que em outros países há esse destaque em cada produto.

Mas quero ressaltar que a luta das entidades e sindicatos de trabalhadores, juntamente com as entidades e sindicatos patronais pelo mesmo

objetivo é muito válida no sentido do esclarecimento, com o objetivo de fazer com que o Brasil reduza sua carga tributária, reduza o gasto com despesas operacionais, com despesas correntes, para ter um pouco mais de dinheiro para investir na infraestrutura indispensável para poder competir com outros países, especialmente a China.

A verdade é que os chineses estão fazendo fábricas no Brasil. Agora mesmo estão instalando uma na Bahia, mas não nos iludamos com isso. Essa fábrica de processamento tem um objetivo futuro, tem um planejamento de longo prazo. A implantação dessa empresa e de outras no Brasil tem como objetivo o controle dos preços, posto que necessitam de alimentos e de minério e inteligentemente estão utilizando-se do espaço brasileiro para fazer isso.

Achamos que estamos fazendo um grande negócio exportando somente *commodities* e vendendo nossos produtos primários, mas a verdade é que a saca de soja que estava sendo vendida a R\$ 25,00 não muito tempo atrás, hoje está sendo exportada a mais de R\$ 50,00.

Na verdade, deveríamos estar exportando produtos manufaturados, gerando mão-de-obra no Brasil, gerando emprego, coisa que não está acontecendo porque estamos exportando produtos primários.

Espero que no encontro em Natal, deputado Reno Caramori, possamos debater um pouco a situação da infraestrutura brasileira, pois só avançaremos com muita participação, com muita persistência, com muita mobilização. Temos que reconhecer, é verdade, o acerto de algumas reduções tributárias pontuais levadas a efeito há alguns dias pelo governo federal, mas precisamos de uma política industrial de longo prazo e devemos debatendo esse assunto, a fim de nos aprofundarmos mais.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente quero cumprimentar a RBS e toda a equipe organizadora do megaevento ocorrido na noite de ontem: o *show* do astro do rock Paul McCartney. Certamente foi o maior evento do ano, seguramente foi o maior evento da década e movimentou milhões de reais. Todos os hotéis da cidade há quatro, cinco dias já não tinham mais vagas; e não só na capital, mas em toda a Grande Florianópolis.

A organização foi extraordinária, especialmente na recepção dos espectadores, segundo comentava com alguns deputados que também estiveram no evento. Bem, a saída, sempre é um grande problema, porque são 40 mil pessoas saindo de um lugar na mesma hora, pelo mesmo caminho. Muitos devem ter caminhado do estádio da Ressacada até aqueles bolsões de estacionamento que estavam localizados na Beira-Mar Sul. Imagino que inúmeras pessoas devam ter caminhado, na chuva, durante mais de duas horas. Era uma fila indiana, caminhando do estádio da Ressacada até o aterro da baía sul, onde os carros estavam estacionados.

De qualquer maneira, quero cumprimentar a equipe organizadora do evento, pois Santa Catarina merecia um espetáculo desse porte. Parabéns e muito obrigado à equipe da RBS que organizou esse inesquecível evento em Florianópolis.

Sr. presidente, cumprimento o governador Raimundo Colombo e o secretário da Fazenda, Nelson Serpa, que encabeçam no Brasil uma nova negociação com o governo federal. Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Silvio Dreveck, que colocou algumas sugestões de como fazer para que o estado tenha mais recursos para investir, para promover o desenvolvimento econômico, para executar obras de infraestrutura indispensáveis ao bem-estar dos catarinenses.

Em 1998, o governo do estado negociou com o governo federal, através do BNDES, um empréstimo

de R\$ 4,3 bilhões. O governo estadual já pagou R\$ 7 bilhões nesses 14 anos e ainda deve R\$ 10,7 bilhões, se continuar sendo usado o IGP-DI, enquanto o índice oficial que calcula a inflação, com o qual são corrigidos os salários e que remunera a poupança é o IPCA. A diferença entre o IPCA e o IGP-DI é de 352%! Naturalmente que isso é um roubo, pois retira do estado recursos imprescindíveis para investimento.

É por isso que hoje quem tem dinheiro é o governo federal. Além de ficar com 65% de todos os tributos arrecadados, o governo federal ainda aplica esses índices extorsivos por ocasião das negociações das dívidas dos estados e municípios.

Em 1997 e 1998, quando o governo federal passou o Brasil a limpo, comprou todas as dívidas dos municípios, das entidades filantrópicas, dos estados, fez um contrato de pagamento com um índice de correção dos juros de acordo com os valores da época, valores esses que precisam urgentemente ser revistos, caso contrário a descapitalização será cada vez maior.

Quero cumprimentar o secretário Nelson Serpa que, naturalmente atendendo a vontade do governador Raimundo Colombo, encabeça, em nível nacional, um movimento para que um novo índice de correção, mais justo para estados e municípios, seja adotado, a fim de que todos possam honrar seus compromissos.

Santa Catarina precisa agora de recursos para investir mais na Saúde e na Educação, mas em vez disso tem que ficar pagando juros que, no meu parecer, são injustos.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito é deputado Volnei Morastoni, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, meu caro deputado Dado Cherem, pessoalmente tenho manifestado meu entendimento de que na saúde a essencialidade da

responsabilidade é do estado. Portanto, o estado, que pretende gerir a vida dos cidadãos e todas as variáveis que compõem a vida de um estado, tem que ter minimamente a capacidade de gerenciar, administrar, dar conta da saúde, da educação e da segurança pública, que formam o tripé fundamental da cidadania.

É nesse sentido que tenho me manifestado aqui várias vezes sobre as organizações sociais na saúde. Não tenho nada contra as organizações sociais, são entidades que, na maioria das vezes, prestam relevantes serviços sociais, comunitários e que precisam ser reconhecidas, mas o estado tem o mister principal e intransferível de gerir, de comandar a saúde.

Com relação a Balneário Camboriú com o Hospital Ruth Cardoso, acho que as organizações sociais sofreram um revés a partir dessa mal sucedida experiência. Em outubro, quando participei da reabertura do referido hospital, propus ao prefeito que assumisse diretamente a sua administração, pois seria uma unidade importante do sistema municipal e até regional de saúde.

No entanto, ele optou por entregá-lo a uma organização social, que nós até temos como uma referência importante na saúde brasileira, a Cruz Vermelha do Brasil, filial do Rio Grande do Sul. E agora, passados seis meses de gestão, o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, resolveu baixar um decreto promovendo uma intervenção do Poder Executivo Municipal nos serviços ambulatoriais e hospitalares do Hospital Municipal Ruth Cardoso, que haviam sido delegados à Cruz Vermelha do Brasil, filial do Rio Grande do Sul.

Esse decreto de intervenção está baseado numa série de dados cuja fundamentação está assim explicitada:

(Passa a ler.)

"[...]

- as metas estabelecidas no Contrato de Gestão e Plano de Trabalho não foram cumpridas;

- que a organização social contratada efetuou, com os recursos destinados pelo município para aplicação no Hospital Ruth Cardoso, repasse para a

entidade Cruz Vermelha do Brasil sem autorização/previsão legal e/ou cobertura contratual;

- que a Organização Social contratada não efetuou o pagamento de impostos e encargos incidentes sobre a folha de pagamento do quadro de pessoal;

- que a Organização Social contratada não efetuou o pagamento de obrigações perante vários fornecedores na ordem de R\$ 535.678,83 e;

- que a Organização Social contratada efetuou pagamento de passagens aéreas, alimentação, transporte individual de passageiros (táxi) e hospedagem em favor de seus diretores e/ou representantes e de terceiros.

Considerando a instauração de procedimentos administrativos por parte da secretaria municipal de Saúde, referentes a vários fatos graves ocorridos ao longo da prestação dos serviços ambulatoriais e hospitalares, tais como óbitos, desaparecimento de feto e lixo hospitalar dispensados incorretamente, os quais não foram objeto de esclarecimentos por parte da Organização Social contratada, mesmo instada a se manifestar.

Considerando que o Ministério Público Estadual deflagrou procedimentos com vistas à apuração de reclamações e denúncias de mau atendimento na prestação dos serviços ambulatoriais e hospitalares do Hospital Ruth Cardoso e irregularidades na gestão do mesmo.

Considerando o aumento substancial da taxa de mortalidade entre os nascidos vivos ao longo dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012, período em que a Organização Social contratada já estava à testa do Hospital Ruth Cardoso, conforme demonstra o número de notificações de óbitos encaminhadas à Vigilância Epidemiológica e ao ministério da Saúde quando comparado com os índices anteriores.[...]"

Portanto, esse episódio, deputado Sargento Amauri Soares, de Balneário Camboriú, dessa organização social de reputação considerável, leva-nos, deputados desta Casa que também pode processar, e ao governo do estado, que pretende

implementar organizações sociais à frente de hospitais e de outros serviços como o do Samu, à necessidade de nos debruçarmos sobre esse caso e separar o joio do trigo, analisar com isenção, com imparcialidade, sem paixões, para podermos tirar importantes informações, ensinamentos e encaminhamentos nesse debate da gestão da saúde.

Tenho me manifestado dizendo que entendo que as organizações sociais não são uma panacéia que, por si só, vão resolver o problema das administrações hospitalares, até porque em Santa Catarina mais de 80% dos hospitais já têm gestão privada e não é por isso que não estão em dificuldades.

Os hospitais próprios do estado - e esse foi um dos principais elementos do nosso relatório - carecem de autonomia administrativo-financeira e, naturalmente, a falta de autonomia não permite o estabelecimento de metas, de planejamento. Como uma unidade hospitalar, como o Hospital Regional São José, o Hospital Infantil Joana de Gusmão, o Hospital Hans Dieter Schmidt e o Hospital Governador Celso Ramos, hospitais do estado, poderá atingir qualidade de gestão se não tem autonomia administrativo-financeira, um princípio básico do planejamento?

Portanto, antes das organizações sociais há muitas outras questões que precisamos analisar, debater e resolver, como a questão de pessoal nos próprios serviços do estado. Muitas vezes o pessoal está sobrecarregado, trabalhando no limite da exaustão, sem um plano de valorização! Então, não são as organizações sociais que por si vão resolver essa questão.

No caso do Hospital Ruth Cardoso, de Balneário Camboriú, são denúncias graves de desvios que em várias oportunidades, em vários momentos nos seminários realizados sobre esse tema, foram trazidas à tona, por experiências de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de outros estados do Brasil. Portanto, essa é uma responsabilidade precípua do estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença neste plenário do vice-prefeito de Cunha Porã, Vilson Pedro Kempfer, conhecido como Cebola, que está visitando a Casa, trazendo alguns pleitos e fazendo encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro. Seja bem-vindo a esta Casa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no dia de hoje, em nome do Partido Progressista, gostaria de iniciar minha fala prestando uma homenagem ao município de Forquilha, no sul do estado, que hoje comemora sua emancipação político-administrativa.

O município é administrado atualmente pelo prefeito Vanderlei Alexandre, que está no seu primeiro mandato. Forquilha é referência no sul do estado e nesta semana comemora também 100 anos de colonização alemã. É a cidade mais alemã do sul do estado, é a nossa Blumenau. Forquilha é forte na sua cultura e tradição, tem um povo trabalhador e empreendedor, que construiu um município rico em lideranças e rico também na sua economia e na cultura.

Forquilha, além da mineração de carvão, que é própria de toda a região, é um polo metalmeccânico e também da agroindústria. Temos frigoríficos grandes, nos quais são abatidos diariamente cerca de 200 mil frangos. O município é propulsor na agroindústria, na agricultura e no comércio e é o segundo maior produtor de arroz de Santa Catarina, além de produzir milho também. Sua agricultura é altamente mecanizada e orgulha todos nós.

Forquilha faz um trabalho, através da sua prefeitura, que é referência em termos de promoção da cultura local, baseada na colonização alemã, que completa 100 anos nesta data. Forquilha tem sido usada como modelo em termos de proteção à cultura, proteção também de desenvolvimento municipal, de organização da cidade, de qualidade de vida do seu povo.

Em nome do Partido Progressista queremos cumprimentar toda a população de Forquilha por sua história, pelo seu progresso, pela construção de uma cidade que é modelo para muitas outras de Santa Catarina e do Brasil.

Forquilha não para por aí, deputado Reno Caramori. É um dos municípios que têm maior crescimento na região da Amrec e é berço de pessoas ilustres da história catarinense. Não poderíamos deixar de citar duas pessoas que são referência nacional: Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, que deixou um legado em termos de atenção à criança carente, e dom Paulo Evaristo Arns, cardeal de renome internacional.

Através deles e do prefeito Vanderlei Alexandre, queremos prestar nossa homenagem a Forquilha no dia de hoje, pelo centenário da colonização alemã e pelo aniversário de sua emancipação político-administrativa.

Gostaríamos também de dizer, sr. presidente, que nesta Casa está tramitando um projeto de nossa autoria que objetiva, deputado Dieter Janssen, organizar a comercialização da banana *in natura*.

A princípio parece algo pouco relevante, mas um estudo feito pela Estação Experimental da Epagri de Itajaí mostrou-nos que os cinco mil

bananicultores de Santa Catarina cultivam mais de 30 mil hectares dessa fruta, que é a mais brasileira das frutas.

Pois bem. Esses bananicultores estão perdendo de R\$ 20 milhões a R\$ 40 milhões todos os anos, porque a comercialização da fruta *in natura* está sendo feita de maneira inadequada, através de caixas que deveriam pesar apenas 21kg, mas estão sendo comercializadas com 23kg e até 26kg. Ou seja, eles estão recebendo por 21kg e entregando, em média, deputado Reno Caramori, 26kg.

Ora, Santa Catarina é o segundo maior produto e o segundo maior exportador de banana do Brasil. Sua produção passa de 700 toneladas/ano. Feitas as contas, veremos que os nossos bananicultores estão perdendo pelo menos o valor do prêmio de duas Mega-Sena por ano, por causa de um simples detalhe.

Assim, nosso projeto de lei, que já foi aprovado na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, estabelece que a comercialização será feita por quilogramas e o produtor receberá por aquilo que efetivamente entregar para o supermercado, para o intermediário etc. Com isso vamos injetar de R\$ 20 milhões a R\$ 40 milhões por ano na renda dos pequenos agricultores de Santa Catarina.

Gostaria, em nome da Federação Catarinense dos Produtores de Banana, de pedir o apoio de todos os nossos deputados para a provação desse projeto de nossa autoria, a fim de que os agricultores que hoje estão ajudando os supermercados e os beneficiadores do produto passem a ter uma melhor renda na sua propriedade.

Santa Catarina tem de quatro a cinco mil produtores de banana, que poderão ter de acréscimo de renda por ano de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil, caso o nosso projeto seja aprovado por esta Assembleia Legislativa.

Fica aqui, em nome deste deputado e dos produtores de banana, o pedido de apoio de todos os deputados desta Casa para a aprovação desse projeto que beneficiará, e muito, os nossos bananicultores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, quero fazer uma saudação especial ao vice-prefeito de Cunha Porã, Vilson Kempfer, e ao sr. Adércio José Velter, que conduziu o Deap por um longo período.

Ontem, srs. deputados, estivemos no município de Penha acompanhando uma solenidade da Associação Pró-Judô daquele município. O professor Carlos Henrique Régis está fazendo um trabalho exemplar, juntamente com uma equipe de professores, reunindo mais de 100 alunos e repassando-lhes, além da prática do esporte, valores como hierarquia, disciplina e respeito.

Neste momento em que quase se perde o conceito do que é certo, do que é errado, como já dizia Rui Barbosa, sentimos que a sociedade precisa dessas iniciativas.

Então, quero aqui parabenizar o prefeito Evandro Eredes, de Penha, que investe muito na área social; o vereador Rogério Pedro Gomes, que é um dos incentivadores da Associação Pró-Judô; os srs. Fernando Ferrão e Fernando Vailati, que lá estavam com as famílias no Bailão do Silva, aquele tradicional local de diversão do município de Penha, que ficou totalmente lotado de pais, professores e alunos.

Foi uma solenidade muito bonita que, inclusive, deu exemplo de disciplina, pois começou exatamente no horário marcado, 20h.

É isso que precisamos resgatar em nosso país, pois não há mais respeito pelos valores, pelos símbolos, a própria sociedade está desacreditando do que é certo e do que é errado.

Estivemos também acompanhando os Bombeiros Voluntários da União, da cidade de Ascurra, que além do trabalho de prevenção de incêndios, de proteção do ser humano, nas horas de folga, através do comandante Júnior Moser e de toda a sua equipe, implantaram uma escola de judô que já está

com mais de 100 alunos, jovens e crianças que recebem orientação e ensinamentos para a vida, visando à formação de um caráter reto.

Srs. deputados, hoje pela manhã acompanhei a reportagem do *Bom Dia Brasil* sobre o grande número de caminhoneiros que consomem drogas, estimulantes e até *crack*, o que é um absurdo, porque deforma totalmente a personalidade da pessoa. Eles fazem isso para conseguir manter-se acordados, cumprir suas metas ou por outro motivo, o que é lamentável.

Precisamos fazer um trabalho ainda maior de combate às drogas. E digo isso, deputada Dirce Heiderscheidt, porque aprovamos nesta Casa projeto de minha autoria que determina a colocação, nos veículos credenciados do governo do estado e nos veículos do transporte coletivo, de adesivo com o número do Disque Denúncia e da Emergência da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Infelizmente, esse projeto foi vetado pelo Poder Executivo.

Então, espero que assim como derrubamos o veto oposto ao projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves que estabelecia que nos ingressos de eventos deve constar propaganda contra o uso de drogas, alertando a juventude para o perigo que elas representam, derrubemos também o veto oposto ao nosso projeto.

A droga mata! Eu sempre digo nas palestras, nas reuniões, nos eventos de que participo, principalmente na condição de delegado de polícia, que quando o envolvido com drogas consegue ir bem, ele vai pra cadeia. Porque o que normalmente acontece é o usuário causar a desestruturação da família e até morrer.

Então, projetos como o nosso e o do deputado Nilson Gonçalves são muito importantes e ajudam na prevenção do uso de drogas. Nós acompanhamos o deputado Ismael dos Santos, que preside o Fórum de Combate e Prevenção ao Uso de Drogas, e passamos o estado inteiro fazendo reuniões, avaliando os trabalhos que existem e incentivando aqueles que atuam na área. O que verificamos é que precisamos, acima de tudo, do envolvimento de todos -

sociedade, união, estados e municípios - no combate às drogas, pois a cada dia a nossa preocupação é maior com relação a esse grande mal do mundo moderno.

Uma iniciativa que tem que ser valorizada é a do Proerd, um trabalho realizado pela Polícia Militar de prevenção e orientação, que atua junto à criança no início de suas atividades escolares. É importante fazer esse tipo de trabalho de prevenção, quase que colocando medo nas crianças a respeito das drogas, porque efetivamente o mal que causa é muito grande.

Também esperamos que a Academia da Polícia Civil treine, prepare e incentive os delegados, os agentes e todos os policiais a participar e realizar projetos de prevenção ao uso de drogas. Isso aproxima a polícia da sociedade e atua na prevenção, que é a melhor forma de agir.

Por isso é que registro a importância do trabalho dessas escolas de judô e de outras atividades esportivas, como a do município de Penha, coordenado pelo professor Régis, com o apoio da municipalidade e da Câmara de Vereadores, que este ano, inclusive, destacou vários atletas para integrar a Associação Brasileira de Judô, que conquistaram medalhas em nível estadual e nacional.

Tenho falado muito também dos CTGs, que são locais onde vejo que se cultiva a tradição, o respeito ao ser humano, ao idoso, à mulher, à criança, onde se preserva a hierarquia e onde o respeito familiar se mantém intacto.

Então, parabéns à Associação Pró-Judô de Penha por esse trabalho e a todos que desenvolvem ações em prol da sociedade, especialmente com o intuito de preparar os jovens para o caminho do bem, longe das drogas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra da presença no Parlamento catarinense.

Santa Catarina se arrastou por muitos anos com o problema dos municípios pequenos sofrendo com a diminuição de sua população, que migrava para as maiores cidades e formava favelas no seu entorno. Isso só mudou porque alguém teve a capacidade de ganhar uma eleição que muitos consideravam perdida e fazer uma reforma administrativa baseada na descentralização, criando as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, as SDRs.

Este homem é Luiz Henrique da Silveira e é importante que ninguém tenha a memória curta e lembre que depois da criação das secretarias regionais terminou o esvaziamento dos pequenos municípios, o inchaço dos maiores centros e o estado de Santa Catarina passou a crescer como um todo, apoiado em projetos como o Pró-Emprego e o Prodec, aprovados por esta Casa.

Santa Catarina hoje é um estado do qual todos nós temos orgulho e até os estados vizinhos têm orgulho. O nosso estado recebeu, no governo de Luiz Henrique, R\$ 17 bilhões em investimentos feitos por empresas que aqui se instalaram, gerando emprego e renda. Essas empresas se instalaram em todas as regiões de Santa Catarina, por isso não houve mais aquele avalanche de pessoas que saíam dos pequenos municípios atrás de emprego.

Uma pesquisa nacional mostrou que Santa Catarina é o estado que menos gasta com a máquina pública, mas muitos parlamentares aqui disseram que as SDRs foram criadas somente para ser um cabide de empregos, que iriam arrebentar a máquina pública e que o estado iria quebrar. No entanto, ficou provado que o estado que menos gasta com a máquina pública é Santa Catarina, mesmo com todas as 36 SDRs, porque agora as pessoas não se

deslocam mais para a capital para resolver seus problemas.

Então, não adianta nós pensarmos em enganar a população catarinense, que não admite que se desmanche o modelo da descentralização, tanto é verdade que elegeram o sucessor de Luiz Henrique, por ele apoiado, já no primeiro turno.

Portanto, Santa Catarina está no caminho certo e mexer nisso é tentar enganar a população, é tentar diminuir o estado, é incentivar a avalanche de pessoas para as cidades e nós não desejamos isso, com certeza.

A história de Santa Catarina está dividida em dois momentos: o anterior à descentralização e o que estamos vivendo agora, quando empresas se instalaram no estado gerando emprego em todas as regiões. Eu mesmo consegui levar para o sul do estado a CTA, que criou 1.500 empregos; a Phillips Morris, que gerou 1.000 empregos; a Alliance, que empregou 2.000 catarinenses; e a Tramonto, responsável por 2.000 empregos, estancando, inclusive, a migração de conterrâneos para os Estados Unidos. Tudo isso é fruto da descentralização feita por um cidadão que se chama Luiz Henrique da Silveira, hoje senador da República.

Tenho seis mandatos neste Parlamento e pude vivenciar a época em que os prefeitos vinham para cá com o pires na mão. Hoje, com a descentralização, eles resolvem seus problemas na sua região.

O estado cresceu, é um estado de qualidade. Por isso, sinto orgulho de ter participado de todos os momentos da descentralização, da criação das SDRs, de ver o estado crescendo e o povo sorrindo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço o deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa, que participou do governo anterior e sabe da importância da descentralização para a geração de emprego e renda através das empresas que se instalaram em nosso estado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, posso falar de cadeira porque fui secretário de Desenvolvimento Regional quando foram implantadas as SDRs. Na época era muito difícil explicar e convencer as pessoas sobre o acerto que era a descentralização.

Nós, no primeiro mandato do governador Luiz Henrique, trabalhamos no convencimento para que aquilo se transformasse em algo culturalmente aceito e que os prefeitos e vereadores participassem e acreditassem. Houve o fortalecimento das secretarias Regionais, elas ganharam musculatura e as coisas começaram a acontecer. Os deputados Aldo Schneider, Valdir Cobalchini e Celso Maldaner sabem disso porque foram secretários de Desenvolvimento Regional.

Lembro-me que quando visitava a Assembleia Legislativa, num passado não muito distante, antes de 2003, esta Casa era lotada de prefeitos, era uma verdadeira romaria de prefeitos. Hoje encontramos poucos prefeitos porque as questões são resolvidas através das SDRs. Hoje encontramos prefeitos em Brasília, pois para lá, sim, é que há uma romaria semanal! Aqui isso não existe mais.

Se quisermos mudar o modelo teremos que assumir, mas esse é um modelo vencedor e as urnas confirmaram. Não foi deputado, foram as urnas, porque ganhamos três eleições consecutivas em cima da descentralização.

No entanto, existem pessoas que tentam plantar a ideia de que as secretarias de Desenvolvimento Regional dão um prejuízo de R\$ 300 milhões por ano, o que é uma grande mentira! Isso não existe! Pelo contrário! Elas representam uma economia para o estado, não causam prejuízo algum. Não sei quem foi o iluminado que plantou isso e está tentando espalhar estado afora.

Repito: se quiserem mudar o modelo, terão que assumir e dizer que o modelo que querem não é esse, é outro! Mas não podemos, para acabar com esse modelo, dizer que ele não dá certo e que está gerando um prejuízo de R\$ 300 milhões/ano ao estado. Isso não é verdade! Esse é um modelo

vencedor, um modelo diferente, um modelo moderno, um modelo bom para Santa Catarina.

Ontem ouvi pronunciamentos de colegas nossos que discordam desse modelo, mas eu o vivenciei e sei o que os prefeitos pensam sobre as secretarias de Desenvolvimento Regional. Agora, se retirarmos a sua musculatura e centralizarmos tudo na capital, logicamente que haverá um revés e as pessoas dirão que elas não precisam existir.

Portanto, temos que fortalecer a descentralização, fortalecer as secretarias de Desenvolvimento Regional!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Com prazer, ouço o meu líder, que também foi secretário Regional e sabe da importância desse modelo.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Farei uma analogia para refletir com a sociedade catarinense. Qual é hoje a grande dificuldade que o Brasil tem, como federação, para atender aos municípios e à população brasileira? É exatamente a concentração de renda. Porque hoje, de cada R\$ 1,00 de imposto pago, 65% ficam concentrados em Brasília, 23% vão para os estados e somente 12% para os municípios.

O que Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira propuseram em 2002 para a sociedade catarinense? Que o Orçamento Geral de Santa Catarina fosse dividido de uma forma próxima da realidade e os recursos definidos através das regiões de Santa Catarina.

Logicamente que o modelo pode ter suas dificuldades. Mas temos que deixar registrado nos anais desta Casa e para a sociedade catarinense que o nosso estado foi vanguardista no aspecto da desconcentração do poder, fazendo com que a sociedade catarinense participasse das decisões sobre o investimento do dinheiro público. Porque o dinheiro público não é do governador, do vice-governador ou dos secretários, mas, sim, da população. Nós temos a missão de gerenciar esse

dinheiro. E Luiz Henrique, através do modelo da descentralização, compartilhou essa decisão, num primeiro momento, com 31 gabinetes espalhados por toda Santa Catarina.

Então, quero dizer, até porque acho importante essa discussão, que saímos na frente mais uma vez, como aconteceu com o Código Ambiental do estado, no sentido de mostrar para o Brasil que há maneira de fazer gestão pública diferenciada. E o PMDB mostrou isso para Santa Catarina em 2002, em 2006 e em 2010.

Logicamente temos que fazer alguns ajustes, até porque existia uma cultura arraigada de que tudo acontecia em um único gabinete, o do governador. A partir de 2003 isso mudou, pois passamos a discutir o desenvolvimento econômico, social, ambiental e também político de Santa Catarina nas 36 SDRs espalhadas pelo estado.

Então, como deputado estadual, como representante da sociedade, tenho que reconhecer que Santa Catarina propôs uma discussão nacional de que os recursos públicos poderiam ser distribuídos de forma regional. Foi exatamente isso que, através do governador Luiz Henrique da Silveira, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e depois do vice-governador Leonel Pavan, conseguimos implantar em 2003 e que é um modelo vencedor.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa. e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Gostaria de pedir ao PSDB que me cedesse três minutos, como o PMDB cedeu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Manoel Mota, o próximo horário não é do PSDB, é do PT.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sim, sr. presidente, mas v.exa. não poderia ceder-me mais três minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Deputado Manoel Mota, v.exa. tem que falar com o líder do PT.

O PSDB já foi chamado, não havia oradores presentes e agora estamos obedecendo ao nosso

Regimento Interno. Se tivesse havido uma solicitação anterior, eu aceitaria, porque gosto de exercer a democracia plenamente. Não havia oradores do PSDB, assim como não havia do PDT também. Portanto, o PMDB usou seus 16 minutos e o próximo espaço é do PT. Se o Partido dos Trabalhadores concordar, posso conceder e descontar esse tempo do PT.

(O líder do PT aquiesce.)

Então, v.exa. tem mais três minutos, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço à liderança do PT e a v.exa., sr. presidente.

Quando Luiz Henrique iniciou sua campanha eleitoral não enganou a população catarinense. Ele falou sobre a descentralização e o povo aprovou o seu projeto. Tanto é verdade que antes de Luiz Henrique nunca um partido havia ganhado três eleições consecutivas. E Luiz Henrique, além de ganhar a eleição, reelegeu-se em cima de um projeto importante e fundamental para Santa Catarina, que é a descentralização.

Hoje, se fizermos uma pesquisa sobre a possibilidade de fechar algumas SDRs, duvido que qualquer região concorde com isso, porque o povo está feliz, porque o povo está satisfeito, porque o povo disse nas urnas na última eleição que o modelo de Luiz Henrique é vitorioso.

Santa Catarina recebeu, durante o governo de Luiz Henrique, R\$ 17 bilhões de investimentos de empresas que aqui se instalaram e continuam instalando-se, como a Cimolai, que vai faturar R\$ 1 bilhão, e como as montadoras de automóveis.

O governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira estão no caminho certo. A descentralização de Santa Catarina vai servir de modelo para o Brasil. O Brasil tem que adotar o mesmo modelo para alcançar os mesmos objetivos. E com a ideia do PMDB, esse gigante importante para o país e para o estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(O partido desiste.)

Com a desistência do PT, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0395/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0050/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0063/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0072/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0075/2012.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0107/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0118/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0145/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0021/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0081/2012, de autoria do deputado Altair Guidi, que denomina Líbero Ugioni o trecho da SC-449 que liga o município de Meleiro à comunidade de São Francisco, no município de Nova Veneza.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano, de Educação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0496/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que determina que as empresas operadoras do serviço móvel pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nos estabelecimentos penais estaduais e adotas outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0571/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Cintia Constantino o elevado edificado na SC-401, Km 3,95, na comunidade de Vargem Pequena, no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, solicito a v.exa. que sejam votados em sede de redação final os projetos aprovados em segundo turno. São cinco ou seis projetos e poderíamos aprová-los numa sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Solicito à assessoria que isso seja providenciado. Assim que encerrarmos a pauta da Ordem do Dia, iniciaremos uma sessão extraordinária para a votação da redação final dos projetos. Posteriormente, entraremos em Explicação Pessoal.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento interno, as Indicações n.s: 0177/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0178/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0179/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0436/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 0437/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Pedido de Informação n. 0030/2012, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao governo do estado, à secretaria da Segurança Pública e ao comandante do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando informações sobre a quantidade de Corporações de Bombeiros Militares, Bombeiros Comunitários, efetivo, viaturas e recursos repassados anualmente para cada uma delas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0031/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado aos secretários da Administração e da Saúde, solicitando informações referentes aos serviços prestados pelo Centro de Hematologia e Hemoterapia, Hemosc, Cepon e Fahece e os

relatórios simplificados da prestação de contas de empresas ou instituições que prestaram serviços nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 10h55.

Está encerrada a sessão.